

O Suriname
e o Brasil
(página 8)

Campus

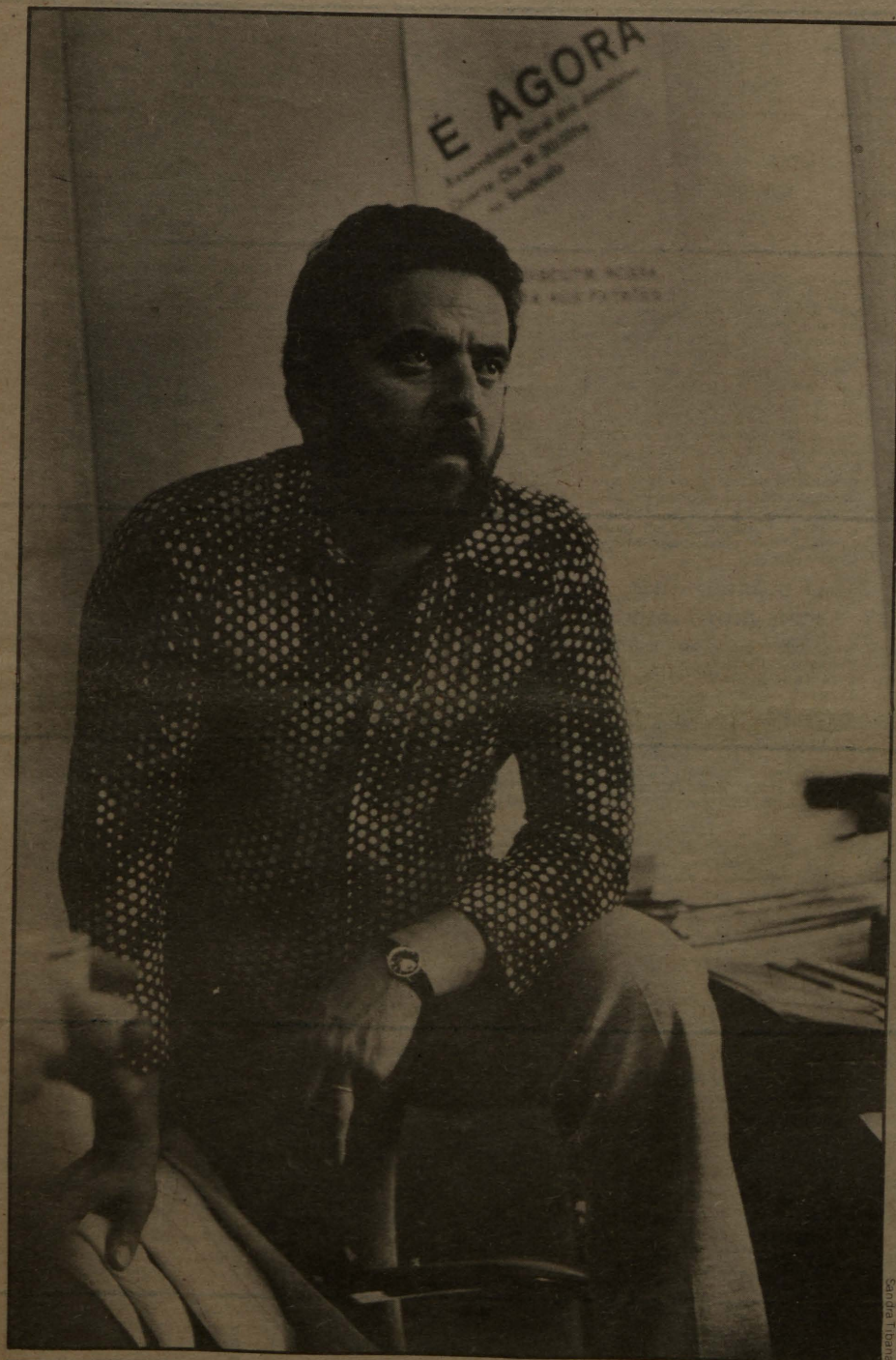
Jornal do Departamento
de Comunicação da UnB

O "ideal" de
Fábio Jr.
(página 2)

nº 48

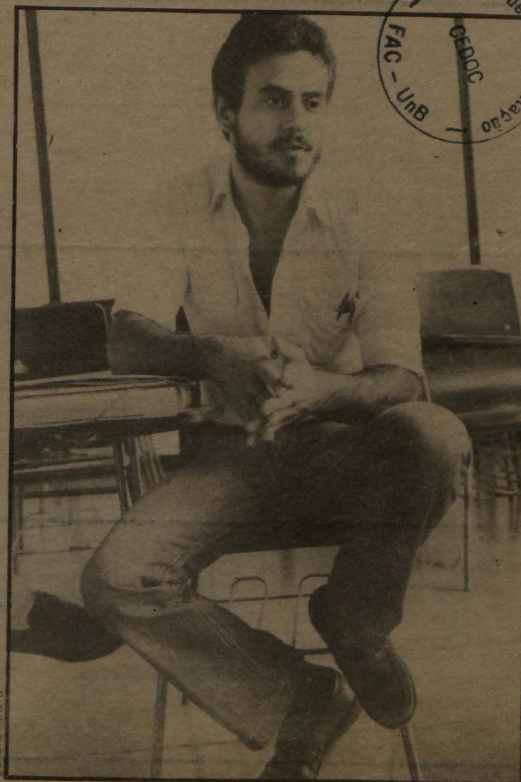
Primeira Quinzena

Maio de 1983



**Lula quer povo na rua
e pede reforma agrária**

(Página 9)



**Montiel diz
que colegiados
têm "biônicos"**

Diretoria do DCE
pede democracia
na UnB (página 3)

6e7

Ana Carolina e
Antonio Carlos
Fontoura debatem
os rumos do
cinema nacional.

Para o funcionário público,
o Estado já não é mais o
"pai" e sim o "patrão". O
"barnabé" de ontem luta
hoje por seus direitos.

5

10

Já com o monopólio
virtual da televisão
comercial, a Rede Globo
tenta agora dominar
também a teleducação.

MURO

Semear responde ao Campus

Foi com profunda estranheza que lemos no último Campus declaração segundo a qual a chapa Semear, eleita para a Diretoria do DCE, teria se recusado a conceder entrevista a este jornal. Não foi assim. Enquanto chapa concorrente, e agora, enquanto diretoria eleita temos interesse e o dever de informar os estudantes e a comunidade nossa proposta de trabalho para o DCE. Fomos procurados pela reportagem durante a apuração dos votos e convidados para a entrevista na manhã seguinte. Exaustos, após intenso processo de campanha e apuração, alertamos para a dificuldade de reunir parte representativa dos membros da chapa naquele horário. Propomos então a entrevista no mesmo dia, no período da tarde, mas não obtivemos resposta do repórter, que também não avisou da impossibilidade eventual de realizar a entrevista em outro horário. Perguntamos ainda por que somente a chapa Transformação foi convidada à entrevista? Reconhecemos as dificuldades que enfrenta um jornal laboratório. É nossa crítica vem no sentido de contribuir para o aprimoramento do Campus e ao mesmo tempo afirmar nosso compromisso com os fatos.

Diretoria do DCE

CIA: culpada ou inocente?

A Igreja Católica tem alguns critérios interessantes para considerar um determinado acontecimento milagroso. E um dos primeiros cuidados recomendados é não dar uma explicação mística para casos lógicos. Isto é, se há uma explicação simples e óbvia, aceite-se sem pensar mais em milagres. Assim me parece o caso dos aviões libios,

em que imediatamente se levantou a hipótese de que a CIA teria informado ao Brasil quanto ao conteúdo bélico (e não "medicinal") dos aviões libios interceptados. Mas a despeito da mística suposição, um fato se apresenta mais simples e imediato: quem declarou o incômodo conteúdo do avião foi um dos pilotos libios, o que contradiz os registros de permissão de voo nos céus do Brasil. Isto, é claro, não inocenta a CIA de outras ingerências. (James Allen)



Teotônio e Ackel: dois brasis

Duas matérias me chamaram a atenção no jornal Última Hora, de 27 de abril. A primeira divulgava o Projeto de Emergência do ex-senador Teotônio Vilela, vice-presidente do PMDB. A outra, uma declaração do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para quem a capital da República nunca elegeu seus representantes em toda a nossa história e que, por esse motivo, deve continuar sendo um "município neutro". O primeiro está preocupado com os destinos do país; formula soluções e se põe numa campanha a nível nacional para sairmos do caos

econômico e social. O segundo quer negar a toda a comunidade de brasileiros o legítimo direito de escolher seus governantes. Mais grave ainda. O ministro, na classificação do próprio UH, comete "amnésia histórica", pois no Rio de Janeiro, antigo DF, sempre houve eleições. Homens como Teotônio Vilela, só engrandecem o Brasil. (Nelson Luiz).

Lula: a crítica por instinto

Enquanto Teotônio Vilela faz, uma peregrinação por todo o país, para explicar o seu Projeto Emergência de salvação nacional, Lula vem a Brasília para conhecer o conteúdo do Projeto. Depois de ouvir uma rápida explanação do companheiro de partido, o deputado Eduardo Suplicy, Lula saiu-se com essa: "Este projeto está pior do que o Esperança e Mudança. O PT tem tudo isso no seu programa, com muito mais profundidade". As brigas entre PT e PMDB se tornaram tão frequentes que as críticas saem por instinto. É a chamada defesa natural. Só que na pressa em atacar, às vezes se esquece de olhar quem está do outro lado. E dessa vez, trata-se do "velho guerreiro" Teotônio. Façam suas apostas e vejam quem ganhará essa. (James Gama).

O biônico quer mais mordomia

Quando o governador José Ornellas manifestava, no Senado, perante a comissão do Distrito Federal, no mês passado, sua preocupação com os problemas sociais dos brasileiros, mais especificamente com o aumento constante das favelas, foi surpreendido por um pedido singular: o senador, biônico, Jutay Magalhães (PDS-BA), solicitou uma praça ajardinada

entre as quadras 309 e 310 Sul. Talvez agora o exemplo dos moradores de Areal, recentemente despejados, console o aflito senador que não dispõe de um jardim na frente de seu bloco. (Eugênia Maria)

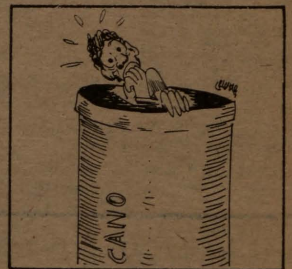


O jornalismo (?) de Fábio Júnior

Poderíamos dormir sem essa. Infelizmente a novela das oito é como a cavalaria dos Estados Unidos: não falha nunca. E todos os dias temos encontro marcado com Luiz Carlos (Fábio Jr.), recém-formado em comunicação por uma faculdade carioca e sua amada Patrícia (Bruna Lombardi). Os dois bonitões e sensuais. O rapaz passa para o público a pior imagem que o jornalista formado poderia ter. Nem o Sr. Boris Casoy Editor Responsável da Folha de São Paulo, em seus conhecidos editoriais, conseguiu avacalhar tanto com a imagem da categoria. O Luiz Carlos é estúpido, vazio e alimenta o vago ideal quanto à profissão. No lugar desta, ganha espaço uma outra preocupação. Cair nos braços de Patrícia e entrar firme na grana de sua família. Juro para vocês: os cursos de comunicação produzem tipos bem melhores. (Nelson Luiz).

Moratória dói é na gente

A moratória vem aí. Metade dos entendidos acha que sim. A outra metade diz que dependerá dos banqueiros americanos. A questão é escolher em que cano vamos entrar. Será "melhor" estar no DPC internacional ou ter toda a nossa economia nas mãos do Tio Sam? Tai! "Delfins" e "Galvões" que nos acudam (duvido!) ou então é escolher entre o fogo e a frigideira. Como chegamos até aqui já é outro papo, talvez por culpa da política-econômica ou quem sabe da economia excessivamente política. Seja lá como for, vai doer em alguém, ou seja na gente. (Pascon)



Globo quer tudo só para ela

A TV Globo está prestes a dar mais um passo nos rumos da monopolização da televisão brasileira. Agora, além dos enlatados, telenovelas, e outras produções do gênero, a Vênus Prateada quer controlar a área de educação, definitivamente. A prosseguir deste modo, só falta mesmo à Rede Globo criar também o seu partido: o Partido Global.

ESPAÇO

Lixo e democracia

Bartolomeu Rodrigues*

A nova Diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas — eleita pelo voto direto de mais de 20 mil companheiros dia 26 passado — assumirá dentro em breve com alguns difíceis desafios pela frente. Alguns dos quais, por sinal, seculares. É o caso da questão da liberdade de imprensa, vista e tratada pelo governo por um ângulo totalmente oposto ao que pensa a nossa entidade. Por coincidência, transcorreu esta campanha para Diretoria da Fenaj num momento em que, mais uma vez, utilizou-se de um peso e duas medidas para julgar a ação de um jornalista/companheiro no exercício de sua função.

Todo mundo acompanhou o caso do repórter Costa Manso, de Veja, que andou vasculhando os monturos de lixo dos nossos ministros de Estado. Lixo este — ressalte-se — da maior importância, exaurindo não aquele conhecido odor repelente, mas algo mais ou menos seme-

lhante ao que a gente costuma sentir nas velhas bibliotecas. Nada mais nada menos traziam eles recortes de segredos de Estado — todos revelados pela revista. E por serem "segredos", Costa Manso passou a ser perseguido (foi preso até), culminando com a cassação de sua credencial no Palácio do Planalto. Quem é jornalista sabe o dano que isso pode causar à profissão. Credencial cassada significa mudança de área. Transar aquilo que ele não transa bem. É o que é pior: contra a vontade. Mas o porta-voz do presidente, Carlos Atila, ainda procurou aplicar uma tonalidade mais branda à decisão. "A credencial não foi cassada, e sim recolhida", disse. Questão de semântica. Para bom entendedor meia palavra basta.

Tentei remontar o episódio para chegar ao fio da meada. Poderia citar também os casos dos jornalistas que só não estão mofando nos cárceres devido a incrível

resistência — característica da profissão. São todos vítimas da Lei de Segurança Nacional, a famigerada LSN, fiel guardiã da soberania, por quem dobram os sinos do regime. E não se pode falar em liberdade de imprensa neste país sem tocar na LSN. Por um "acaso", é a nossa categoria — talvez — a que mais detenha processos rolando nos tribunais militares por conta desse dispositivo contraditório às aspirações democráticas da nação (o jargão e quase inevitável).

E aqui que entra o trabalho dos sindicatos, da nossa Federação e — sejamos mais amplos — de toda a categoria. A eleição do ex-deputado Audálio Dantas para presidir a Fenaj é um alento para a retomada de uma luta que por algum tempo ficou em segundo plano na pauta de reivindicações. A questão salarial, embora seja de importância indiscutível, não deve nem pode sombrear

a discussão sobre a liberdade de imprensa. O caso de Veja, assim como os de outros colegas que foram agredidos durante tentativas de diálogo com o presidente Figueiredo, avivam essa importância.

Audálio Dantas, cujo trabalho no Parlamento e à frente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo todos conhecem, tem este compromisso para com a categoria. Claro que virão outros, alguns inclusive abertos à participação da comunidade universitária, posto que muitos dos problemas surgem exatamente na etapa escolar. Acredito, porém, que o tema proposto eleva-se a outro nível porque estão sendo desrespeitados não somente direitos e liberdades individuais, mas também as promessas do chefe da Nação cujas palavras, no futuro também de uma campanha rumo ao poder, ou não foram ou não estão sendo interpretadas como devem.

* Bartolomeu Rodrigues é aluno do Departamento de Comunicação e repórter da Sucursal do Diário da Manhã em Brasília.

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Editor-chefe: Prof. Murilo Cesar Ramos. Chefe de Reportagem: Prof. Carlos Augusto Setti. Editores: Nelson Luiz (UnB), Eugênia Maria (Comunidade), James Gama (Nacional), James Allen (Internacional e Ciência), Maria Luiza (Cultura).

Redação: Cristina Gutemberg, Humberto Martins, Idelson Santos, Ieda Prestes, Ilara Viotti, Jânio Carlos, Luciene Rosa de Assis, Luiz Roberto Nader, Luiza Modesto, Marcelo Villares, Márcia Suyene, Paulenir Constandio, Pedro Sérgio Coe, Rosalina Rocha, Sandra Fernandes, Sheila Perru, William Santiago.

Diagramação: Airton Maia, Supervisão: Prof. Milton Ribeiro. Ilustrações: Bartô.

DCE

A nova diretoria e o
que fará este ano.
Texto de Nelson Luiz



Alegria e festa na posse. No dia-a-dia, o trabalho duro



Flávio Montiel: "Houve rompimento parcial do acordo"

Esforço do ano passado deu frutos para Semear

"Um dos principais motivos do alto quórum nas eleições foi o trabalho desenvolvido pela diretoria do DCE no ano passado", afirmou Flávio Montiel, o presidente eleito. Para ele, a pequena diferença entre Semear e Transformação foi devido ao fato de que "é mais difícil buscar um reconhecimento pelo trabalho feito do que criticar". José Jackson, diretor de assuntos estudantis disse que "se houvesse mais tempo para discussão a diferença seria maior". A diretoria do DCE tenta, assim, rebater as críticas feitas a ela pela chapa Transformação no último Campus.

Ela refuta a tese de que Semear venceu pelo excesso de cartazes. A diretoria acha que "ingenuidade política", descartar a propaganda visual. Se eles não têm condições para fazer uma campanha, pelo menos deveriam respeitar o trabalho das pessoas que estiveram envolvidas nele desde fevereiro", disse Flávio Montiel. Ele lembrou ainda que pela primeira vez uma diretoria promoveu, por iniciativa própria, um debate com todas as chapas concorrentes.

DISCORDÂNCIA

Apesar de considerarem a chapa Transformação bem intencionada, não concordam com

a afirmativa de que são novos na UnB. Segundo Flávio Montiel, a chapa nasceu do grupo Oficina, com atuação na universidade desde 1970, repetindo propostas e lideranças. "Nós não negamos nossa experiência política, mas eles também têm 'know how'. Eles só apareceram em campanha". Marcelo Barreto completa dizendo que «ontem houve reunião do Conselho de CAs e ninguém da Transformação apareceu lá».

A diretoria do DCE deixou claro que discorda do modo como o grupo Transformação leva suas lutas. "Eles querem lutar fora das entidades, de maneira paralela". E acrescenta: "A proposta deles não está de acordo com a situação política interna da UnB". Ele citou como exemplo o fato de que o CA da Psicologia foi desativado por causa de erros na sua condução. Para o DCE a Transformação é que deve se incorporar ao programa da diretoria, e não o contrário, como afirmou um de seus membros, ao Campus. Flávio Montiel finaliza dizendo que "nossa proposta pressupõe participação massiva. Chamamos todos a participarem da sua entidade, com propostas e críticas. O nosso trabalho não tem um caráter somente imediato mas está voltado para o futuro do DCE".

O que pensa a diretoria

Sobre a UNE:

"Defendemos a existência e o reconhecimento da UNE".

Sobre o MEC:

"O MEC quer o ensino pago no país. Isso fica nítido quando ele se recusa a liberar verbas para as universidades".

Sobre estacionamento pago na UnB:

"Não concordamos. Apesar de que o Decano Gentil Martins quis nos oferecer parte das rendas. Isso nos queimaria junto aos estudantes".

Sobre entidades livres:

"O DCE dará apoio material e político para a formação de CAs".

Sobre as acusações de manobras e peleguismo:

"O que se tornou democracia eles chamam de manobras. O que chamamos crescimento eles chamam de esvaziamento. Se todas as conquistas vêm de manobras, estão chamando os estudantes de cordeirinhos. Pelo contrário, nós achamos que os

estudantes têm capacidade para decidir".

Sobre o GTC (Grupo de Trabalho Comunitário ligado à chapa Transformação):

"Ele é assistencialista, pois não leva politização ao povo. A comunidade deve andar pelas próprias pernas. Ao Estado cabe dar assistência".

Sobre o Movimento Estudantil:

"No passado ele estava na linha de frente dos movimentos nacionais. Hoje esse espaço está e deve ser ocupado por sindicatos, partidos políticos e associações. O ME é limitado pela própria formação social. Não somos contra as bandeiras de lutas nacionais, mas hoje cabe à sociedade, como um todo, ser a força decisiva".

Sobre a chapa Transformação:

"Eles têm imagem mítica da universidade, demonstrando falta de discussão política. O nosso programa é muito mais adiantado do que o deles".

Um fato surpreendente marcou a primeira semana da nova diretoria do DCE. Se é que se pode chamar surpresa os retrocessos volta e meia vividos pelos estudantes, altamente interessados em participar do direcionamento de suas vidas universitárias. Na primeira reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa em que esteve presente, o DCE viu-se excluído do ponto de pauta sobre o enquadramento de professores. "Houve um rompimento parcial do acordo do ano passado. Ele não previa exclusão por assunto nas reuniões dos órgãos colegiados", afirmou Flávio Montiel, presidente do DCE.

Diante disso, a diretoria vai agora iniciar uma luta no sentido de democratizar os órgãos colegiados, tendo como respaldo proposta aprovada no Conselho de CAs, realizado na noite de 27 de abril, com a presença das 50 principais lideranças estudantis da UnB. Essa democratização terá que se dar a partir do próprio estatuto da UnB. O argumento é o seguinte: no seu artigo 11, consta que fazem parte dos órgãos colegiados os representantes dos institutos, faculdades e das congregações de carreira. Baseado nisso não poderiam participar das reuniões os professores Roberto Meireles de Miranda, da Faculdade de Tecnologia; Jefferson Aragão, do Instituto de Biologia; e Orlando Luis Souza, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Para Flávio esta é uma participação "aparelhada e bionica". Ele acrescenta que a "Faculdade de Educação não tem sequer representante".

ELEIÇÕES

Além dessa, outras lutas estão pautadas. O DCE pretende agilizar o funcionamento das comissões departamentais, eleitas durante a greve para levantar as carências de professores, equipamento e material. A proposta, aprovada por unanimidade no Conselho de CAs, prevê a utilização de questionário único e um relatório dos resultados, centralizado pelo DCE e ADUnB. Para este semestre está programado, ainda, a realização do 2º Congresso Por Melhores Condições de Ensino, com objetivo de elaborar um projeto de Universidade, com ênfase para o modelo de fundação.

Projeto mais ambicioso, é o de revogar a Lei 6733 (dá poderes ao Presidente da República para escolher os reitores das fundações educacionais, entre elas a UnB). Serão feitas articulações com os movimentos estudantis de outras fundações do país. O Congresso Nacional também servirá de instrumento de luta, cujo desfecho será uma campanha dentro da própria UnB. Após a discussão de um programa por toda a comunidade, da qual possa surgir um nome disposto a encampá-lo,

serão realizadas eleições diretas e simbólicas para reitor da UnB.

Tão conveniente quanto as outras é a luta pelo reconhecimento do DCE junto à Administração Central, desde que resguardada a autonomia da entidade. O reconhecimento propiciaria ao DCE receber verbas da própria UnB, podendo, assim, ampliar as suas atividades. Pontos do estatuto da UnB o impediriam. De uma forma ou de outra, Flávio Montiel considera importante a discussão da proposta, o que não ocorreu até o momento. Primeiramente, deve ser aprovado o estatuto do DCE, visando a ampliar o seu espaço jurídico.

COMUNIDADE

A abertura da Universidade para o restante da comunidade, de acordo com o DCE, é preocupação da diretoria. "Só que pensamos nisso concretamente e não de maneira abstrata. Lutamos para o aumento de vagas para os setores menos privilegiados da sociedade". O primeiro passo seria o funcionamento noturno da UnB. Em segundo lugar, a volta da segunda chamada no vestibular. Flávio declarou que, através do vestibular, entram todo ano na UnB cerca de mil e quinhentos alunos. Por outras vias tip transferências, etc., oitocentos e cinquenta. A segunda chamada abriria vagas, pois os alunos da UnB aprovados no vestibular para outros cursos desocupam, em média, de cem a cento e cinquenta. Não sendo ocupadas na segunda chamada, tais vagas são utilizadas pela Administração da maneira que lhe convém. O terceiro passo seria a garantia do ensino público e gratuito.

Vera Maria, diretora para a área de biomédicas, afirmou que as diretorias estarão sempre em contato com as comissões pró-CA para lhes oferecer apoio. Há três dessas comissões na área de biomédicas. Já o diretor de assuntos estudantis, José Jackson, deu conta do reativamento da comissão do Bandejão. Ele informou, além disso, que há um grupo trabalhando para a reconstrução da creche comunitária.

Para resolver o problema da vivência, Márcio Araújo, vice-presidente do DCE, afirmou que o barracão do diretório será transformado em sede social, abrigando temporariamente o centro de vivência até que ele seja construído. Enquanto isso, o diretor de imprensa, Marcelo Barreto, pretende, como projeto primeiro, colocar o jornal do DCE para circular no dia 17 de maio, com previsão de um número por mês até novembro. No jornal, além da posição da diretoria, haverá espaço para os CAs divulgarem suas atividades.

RESENHA

Comunicação

Exercícios Visuais é o nome da exposição que os alunos de Fotografia do Departamento de Comunicação estão realizando desde segunda-feira, dia 2, na Sala de Exposições da Biblioteca Central. A coordenadora é a professora Luiza Venturelli, e os trabalhos apresentados são de autoria de Márcia Suyene, Dinalva Ferreira, Ieda Prestes, Rodrigo Mesquita, Benê Araújo, Marta Alejara, Márcia Quadros, Lydia Medeiros e Sandra Tibana. A exposição é promovida pelo Departamento de Comunicação e pelo Decanato de Extensão, podendo ser visitada no horário normal de funcionamento da BCE, até o próximo dia 10.

Jornal do DCE

Está prevista para 17 de maio a primeira edição do jornal do DCE. A tiragem será de 4.000 exemplares e atingirá além da UnB, outras escolas do DF e do país, entidades de classe e imprensa. É um jornal aberto aos estudantes e à comunidade. Se você quer divulgar sua opinião sobre qualquer assunto de interesse geral, procure o Jornal do DCE, na Sala dos Estudantes.

Eleições

Nos dias 11 e 12 de maio, os estudantes de Comunicação da UnB escolherão uma nova diretoria para seu Centro Acadêmico. O processo de discussão do programa e elaboração das chapas já foi encaminhado pela atual diretoria, que convida todos os alunos do departamento a participarem das reuniões que se realizam diariamente, às 11h30m, na sala do CA.

Nova direção

A Faculdade de Educação da UnB tem nova direção. No dia 26 de abril foram empossadas as professoras Iria Gehlen Clos, diretora, e Maria Lucília Neves Aires Alencar, vice-diretora. O ex-diretor, Prof. Theodolindo Augusto Cerdeira, encontra-se afastado da UnB desde o início do ano, cumprindo programa de Doutorado no exterior. A direção da Faculdade vinha sendo exercida interinamente pela professora Altair Macedo Lahud, que agora reassume a chefia do Departamento de Planejamento e Administração.

Esporte na UnB

Numa iniciativa da AAAUnB, com o apoio do DCE, serão realizados os primeiros JIUnB's — Jogos Internos da Universidade de Brasília —, no período de 13 de maio a 2 de julho. As inscrições já se encontram abertas, podendo ser feitas nos CA's ou no próprio DCE, e se encerram no próximo dia 10. Os JIUnB's serão disputados em todas as modalidades esportivas, podendo cada departamento concorrer com quantas equipes desejar em cada modalidade, não sendo necessário apresentar os nomes dos atletas no ato da inscrição. A participação é aberta a professores, alunos e funcionários da UnB.

Logotipos

Os artistas plásticos da UnB têm agora grande oportunidade para mostrar seu talento. A nova diretoria do DCE está promovendo um concurso para a criação de um logotipo para a entidade. Os trabalhos deverão ser

entregues até o dia 9 de maio na sala dos estudantes, ao lado da Livraria. O julgamento será efetuado por uma comissão que a diretoria do DCE pretende formar com professores dos Departamentos de Desenho, Arquitetura e Urbanismo e Comunicação. Os prêmios para o vencedor serão um LP de Marku Ribas, uma camiseta e a publicação do logotipo em todos os impressos do DCE. E se você perder essa, não desanime. O CA da Engenharia Elétrica também está à procura de um logotipo. As inscrições até o próximo dia 6.

Engenheiros

No dia 15 de maio serão abertas as inscrições para o curso "Análise Numérica para Engenheiros", promovido pelo Departamento de Engenharia Civil da UnB. Este curso é dirigido a profissionais e alunos de engenharia e será realizado no período de 15 de agosto a 30 de novembro, às terças e quintas-feiras, das 16 às 18 horas. A taxa de inscrição é de Cr\$ 2.500,00 para alunos e Cr\$ 5.000,00 para profissionais, podendo ser feitas até o dia 12 de agosto na secretaria do Departamento de Engenharia Civil.

Expoarte 8

Desenhistas, fotógrafos, poetas, pintores, escultores e cineastas já devem dar o toque final em seus trabalhos. A Expoarte 8 abre inscrições no próximo dia 9 para os interessados em participar dessa "festa" que se tornou o grande acontecimento cultural da UnB. A apresentação das obras ao público será feita no período de 23 a 28 de maio. As inscrições devem ser feitas no ateliê de Arquitetura, no Minhocão, e terminam no dia 14 de maio.

Geologia

A XI Semana de Geologia, promovida pelo C. A. Jorge Gushiken, do Departamento de Geociências, termina nesta sexta-feira, dia seis, com a realização de uma mesa-redonda sobre Mercado de Trabalho para o Geólogo. Estarão presentes o Deputado Gabriel Guerreiro, do Pará, o Presidente da SBG, José Caruso Moresco Danni e um representante da AGECO, Vergílio Radaelli. A sessão terá início às 9h00h, na sala GEO 26 do Departamento de Geociências, sendo bem vinda a participação de toda a comunidade.

Natação

A escolinha de natação da Academia D'stak realizará, no período de 13 a 15 de maio, o Curso de Atualização em Pedagogia e Técnica de Natação, ministrado pelo prof. Roberto Pável. As inscrições podem ser efetuadas até o dia 6, sexta-feira, na própria Academia, na Av. W5 Norte, Quadra 911/B, ou pelo telefone 273-5214. O curso conta com o apoio da SEED/MEC.

Desenho

Elisa de Souza e Vicente Martinez, alunos do Departamento de Desenho da UnB, estão expondo seus trabalhos na Galeria Rodolfo Amoedo, no campus da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal. A exposição, promovida pelo ICAT — Centro de Artes, teve início no dia 29 de abril e se estenderá até o próximo dia 9 de maio. O campus da AEUDF fica na Av. W/4 sul, quadra 704/904.



Com a Sul-América na retaguarda o esporte na UnB parte para o ataque

A hora e a vez do esporte?

Um acordo de 11 milhões de cruzeiros foi assinado entre a Seguradora Sul-América e a Universidade de Brasília, para promoções esportivas e de lazer durante o ano de 83. A verba será distribuída entre a Associação dos Funcionários da Universidade de Brasília (ASFUB) e a Associação Atlética Acadêmica da UnB (AAAUnB), em partes diferentes. O início das atividades está previsto para maio e os programas já estão em fase final de elaboração.

A AAAUnB, de posse de uma verba de 3 milhões de cruzeiros, está organizando seu calendário esportivo, voltado

mais para alunos e funcionários. A força e a agilidade dos participantes serão testadas em modalidades como natação, ginástica estética, voleibol, etc. Mas a novidade apresentada pela professora Maria Helena Siqueira, diretora de esportes das duas associações, é a minicolônia de férias, prevista para dezembro.

COMUNIDADE

Ao contrário da AAAUnB, a ASFUB, com estes oito milhões de cruzeiros, tem em mente atividade que mobilizem, além de alunos e funcionários, toda a comunidade brasileira, sem limite de

idade. Para isso Conceição Zotta Lopes, diretora social da ASFUB, pretende organizar passeio ciclistico; cross-cerrado; gincaia; torneios de futebol de salão e campo, sob a responsabilidade de alunos bolsistas. A participação está aberta, ainda, a clubes ou equipes de outras associações.

A agência MPM de publicidade vai divulgar, através de cartazes, faixas e anúncios, os eventos previstos nos calendários. A premiação será principalmente à base de camisetas, com nome impresso da Sul-América de Seguros em todas as formas de publicidade. (Luciene Rosa de Assis)

A triste estrada que leva ao CO

Em 1981, para forçar a Reitoria a colocar luzes no caminho do CO, depois de seguidas reclamações não atendidas e o estupro de duas moças em pleno Campus, os moradores improvisaram uma iluminação à base de latas velhas e estopas embebidas em óleo diesel. A improvisação e o grave incidente chamaram a atenção e as fileiras de lâmparas foram substituídas por lâmpadas modernas em parte do caminho.

Pequeno avanço. Isolado da própria Universidade, por sua vez já isolada da cidade, o alojamento do CO tem tudo para ser problemático. "Não se pode considerar o CO como moradia de estudantes. Ele precisa ser totalmente reformulado, pois foi planejado como albergue para atletas de passagem, sem nenhuma infra-estrutura residencial", afirma Edilberto Campos, que em junho completa um ano no alojamento. "Por que é que a Administração, que se diz tão preocupada com os moradores, não cuida do CO como cuida do prédio da Reitoria?", acrescenta.

A alusão feita ao cuidado com os moradores vem da circulação de um documento interno da DAC em decorrência à "administração superior", datado de 19 de novembro passado, relatando diversas irregularidades que, segundo o documento, são frequentes no CO. Entre outras denúncias, estão o uso de tóxicos, homossexualismo, moradia clandestina, indisciplina e

agressão física, sem que os signatários proponham nada além do nada original aumento da repressão e do controle. Falta coragem para tocar a ferida.

Na opinião de Carlos Bergamaschi, morador há 2 anos, é preciso lutar até pelo mínimo. Cita a falta de uma cantina no alojamento, a deficiência do transporte, principalmente nos fins de semana e à noite. "Quanto ao lazer, não existe. Até as instalações esportivas são fechadas aos sábados e domingos, depois das duas da tarde", conclui. Os percalços dos "ceolinos" não param aí: o Bandeirão não dá jantar aos domingos e os moradores têm que comprar 2 tickets no almoço e levar marmita para casa. São os boias-frias universitários.

ASSOLAÇÃO

Existe uma comissão pró-associação de moradores, com estatuto pronto, aguardando apenas uma assembleia para ser aprovada. Mas a assembleia não é convocada. Segundo João Anderson, há 2 anos no bloco "A" (masculino), a culpa pela não solução dos problemas da comunidade é também dos estudantes. "As lideranças daqui não levam nada adiante. Até uma antena de tevê que iam botar não apareceu. Mas o dinheiro recolheram", desabafo.

A criação da associação poderia unir mais a comunidade, mas a sua implantação não é vista com bons olhos pela Reitoria, segundo alguns

estudantes, pois colocaria o CO nas mãos dos moradores. Lembrem, inclusive, que o documento do DAC veio ao conhecimento dos "ceolinos" em pleno pique da greve do ano passado, quando as discussões para a formação da associação estavam bastante adiantadas. A divulgação do documento entre os residentes provocou logo dispersão e divisão do movimento e, em assembleia, ficou resolvido não torná-lo público, para não denegrir a imagem dos estudantes.

A "CEOLINA"

Se já é difícil ser estudante, mais difícil ainda é ser mulher e morar no CO. "Dupla discriminação", afirma Alcione Veloso, uma das primeiras moradoras do bloco "B" (feminino e pós-graduação). A "situação para nós ainda não é boa, mas já foi péssima. Ainda agora é desagradável ir ao bloco 'A' ver televisão — é a única do CO — e ouvir piadinhas de mau-gosto."

Verdadeiras ou falsas, exageradas ou brandas, as denúncias da DAC e a defesa dos estudantes só vêm mostrar que a problemática do alojamento do CO (92 apartamentos tipo duplex, com capacidade para 540 pessoas) nunca foi discutida com profundidade e competência. Pelo menos o suficiente para se tentar responder o que está por trás desta antiga pergunta picada no alojamento: "O que é pior: ficar só ou morar no CO?" (William Santiago)

Trabalhador, Emprego e Salário

A crise aumenta o desemprego e esvazia o bolso do povo

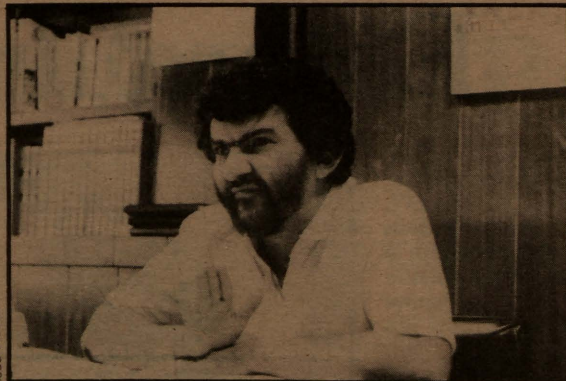
Brasília: também não há vagas

Medir o índice de desemprego na Capital Federal é tarefa das mais difíceis. Os dados deveriam ser fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada nas regiões metropolitanas do país. Esta pesquisa não é realizada em Brasília, segundo o IBGE, devido ao seu alto custo. Para o IBGE, aqui não há desemprego e Brasília não é região suficientemente metropolitana.

A aferição do nível de emprego no DF é feita com base nos dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) e pela delegacia Regional do Trabalho.

ROTATIVIDADE

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Brasília, José Neves Filho, a alta rotatividade da mão-de-obra no setor vem causando o decréscimo na qualidade de vida do comerciário. Os empresários aliviam o peso de suas folhas de pagamentos dispensando funcionários mais antigos para contratar outros com salários mais baixos. A opinião de Albertina Magalhães de Moraes, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários do Distrito Federal, é basicamente a mesma. Excesso de



Para José Neves Filho, justiça trabalhista é falsa



Albertina: contra a robotização jornada de trabalho, acúmulo de funções e mecanização dos serviços bancários são as principais causas do grande

número de desempregados no setor.

Para Sérgio Cutolo, do SINE-DF, a partir de 1977, com o término da implantação da cidade, tem crescido o número de desempregados na região geoeconômica do Distrito Federal. Em janeiro de 1983, 79% das pessoas que procuraram o SINE em busca de colocação estavam desempregadas. Em janeiro do ano anterior, a porcentagem de desempregados era de 65%. Ainda segundo dados do SINE-DF, em janeiro de 1983 houve mais demissões que contratações no mercado de trabalho brasileiro, deixando um saldo de 2 mil trabalhadores sem colocação. Ressalte-se que no mesmo período do ano anterior foram criados 3 mil novos empregos. (Ilara Viotti)

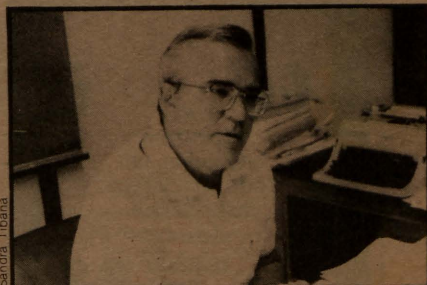
Programa do FMI causará ainda maiores problemas

"Caso o Programa do FMI seja levado adiante com todos os seus efeitos recessivos, a situação do Brasil será caótica já no final deste ano, havendo mais inflação e aprofundamento da recessão, causando mais desemprego. Que se detenha essa política ou será tarde".

Para o economista e professor Dércio Munhoz essa é a principal causa do desemprego no Brasil, segundo ele um país que "hoje se vê forçado a parar para obter saldo suficiente em sua balança comercial a fim de liquidar os juros da dívida externa".

O desequilíbrio externo é, para Munhoz, a fonte primária das altas taxas de desemprego que se verificam no país. Este desequilíbrio se origina na impossibilidade do Brasil de controlar o processo de pagamento da dívida externa, acomodando-se então a políticas restritivas de reajustamentos, em seu desenrolar, maiores taxas de juros, maiores custos de importações e de produção, gerando grandes índices inflacionários e finalmente o desemprego. Dércio Munhoz fundamenta a ideia do Brasil ao FMI como uma consequência óbvia dessa incapacidade interna de controle dos compromissos externos da dívida. "A ida ao FMI — diz o professor — resume-se numa continuação que o Brasil vê para ter recursos para a sua solvência externa".

Munhoz não acredita na possibilidade dos recursos do Finsocial minimizarem as elevadas taxas de desemprego em seu setor mais crítico — o da construção civil — explicando que esta medida não resolve a questão, mas evita apenas que se agrave. A manutenção desses empregos visa tão-somente impedir o



Munhoz não vê solução no acordo com FMI

aprofundamento da crise social numa classe que sente em grau maior os reflexos da crise.

Mas não só no âmbito externo o professor Munhoz baseia-se para buscar as causas do desemprego. Segundo afirma, existe uma série e perigosa submissão da política econômica interna às condições traçadas pelos programas de reajustamentos externos, orientada pela preocupação da sobrevivência política dos líderes econômicos do governo. "Esses políticos — explica — não vendo outra saída para a crise, adaptam-se às medidas de caráter recessivo do FMI".

Dércio acredita numa solução conjunta entre o mundo desenvolvido e o terceiro mundo, apesar de considerar que o desemprego é muito mais uma consequência da incapacidade interna de gerência dos administradores do que oriunda de imposições externas. Adverte que o "fator tempo" no universo do problema é o elemento decisivo "tem-se que resistir agora enquanto é tempo". Reforçando seu ponto de vista, lembrou as advertências de Kissinger sobre a impropriedade do uso de políticas recessivas para os problemas econômicos do terceiro mundo.

(Marcelo Gonçalves Vieira)

Servidor Público rompe com paternalismo

O servidor público federal já não é o mesmo de antigamente. Para ele, o Governo Federal deixou de ser o "pai" para se transformar no "patrão". E é pensando assim que a categoria não aceita o argumento do governo de não dispor de caixa para conceder aumentos salariais maiores: "Se o governo não tem recursos, onde reuniu condições e dinheiro para toda corrupção eleitoral do ano passado?", perguntou Guidoborgo Carneiro, tesoureiro da Federação dos Servidores Públicos de Brasília.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, em 1982, para uma inflação acumulada de 1.352,43% a arrecadação de tributos federais teve um incremento de 1.450,54%. Enquanto isso, os funcionários públicos civis tiveram um aumento de 522,67%. Assim, nada mais coerente, que 70 dos 120 mil funcionários públicos de

Brasília esteja recebendo de 1,5 a 2 salários mínimos.

GATA BORRALHEIRA

A desvalorização nos salários aliada a situação de crise nacional contribuíram para que a "gata borralheira" do processo econômico" (perfil do funcionário público traçado pelo senador Carlos Chiarelli, (PDS-RS), se organizasse. Um exemplo disto foi a recente passeata dos servidores até a rampa do Congresso Nacional, para sensibilizar os parlamentares a rejeitarem o decreto-lei 1984, de 28 de dezembro de 1982.

Em tese, aquele decreto viria compensar a lei dos reajustes semestrais de 1979 que não incluiu a categoria do servidor público. De acordo com seu texto, regula-se um aumento anual de 70%, que por sua vez é dividido em duas parcelas: uma de 40% em janeiro e outra de 30%



Aristóteles Gusmão e Ana Leão: liderando a passeata

em junho. Com isto não concordam os servidores, que reivindicam 70% em maio sobre os 40% de janeiro. Também consta da pauta da Federação dos Servidores Públicos, a luta pelo direito à sindicalização,

aprovação do novo estatuto do servidor, reajuste semestral, e 13º salário.

MOBILIZAÇÃO

A mobilização atual liderada

pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil pode até não conseguir os resultados desejados, a curto prazo, como por exemplo a rejeição do decreto-lei. Mas, terá dado os primeiros passos para "levantar a questão do servidor, para transformar sua mentalidade e despertá-lo para a situação de canibalismo que se aproxima", afirma José Edmilson Maciel, da Associação dos Aposentados.

Ao se olhar por este lado pode-se considerar até uma vitória que uma categoria, antes tão apática, recosa e esquivada, já tenha "condição psicológica" para propor indicativo de greve às suas bases. Principalmente se levando em conta todo o aparato policial e a presença do Secretário de Segurança, Lauro Rietz, a acompanhar a manifestação do 19 de abril na Praça dos Três Poderes. (Eugênia Maria).

“ Eles procuram o Glauber em tudo, procuram latinidade e cultura da pobreza ”

“ E muito fácil invadir isso aqui, você apronta o que quiser. ”

Grito, assovios, vaías, aplausos, sorrisos, interrupções. “Por favor gente, na ordem”, “Fala você primeiro”, dizia Maria do Rosário, jornalista e crítica de cinema que coordenou a série de debates sobre o Cinema Brasileiro que terminou no último dia 29. Tendo uma duração média de quatro horas diárias, incluindo-se exhibições de curta e longa-metragens dos cineastas que participaram dos debates, estiveram presentes: Ana Carolina, Arnaldo Jabor, Antônio Carlos Fontoura, Júlio Bressani e ainda o roteirista Jorge Duran, que trabalhou com Hector Babenco no filme “Pixote”, também exibido.

Segundo os organizadores, o exemplo que se conseguiu aqui em Brasília, onde houve uma total participação do público, abriu novas perspectivas de se levar eventos como este, a outras partes do país. No próximo mês, Recife servirá de local para novos debates. A iniciativa dos debates em Brasília partiu da Embrafilme, que contou com a colaboração da Cultura Inglesa.

FESTIVAL

Para este ano, o Festival de Brasília, contará com o apoio da Embrafilme, sendo que a organização continuará sendo feita pela Fundação Cultural do DF. As inscrições serão abertas com um mês de antecedência, para que não ocorra o que aconteceu no ano passado, quando cinco dias antes do início do festival, não se sabia ao certo quais seriam os diretores que iriam participar. Parece a mim que está havendo uma maior preocupação em relação ao Festival de Brasília, o que seria de se esperar porque além dele só existe o de Gramado.

Campus — Como é fazer debate de cinema em Brasília?

Ana Carolina — Acho fundamental isso. Em termos de abrir espaço para o cinema brasileiro, em termos de mercado. Falar de cinema, problemas de filmes de uma maneira informal, por esporte. Especialmente aqui em Brasília, que dá uma

Embrafilme vai a



Na UnB, Antonio Carlos Fontoura e Ana Carolina debateram os rumos do

repercussão direta tanto na universidade como em qualquer ministério. Esse debate devia ser feito em todos os centros. Ribeirão Preto, nordeste... espalhar mesmo.

Fontoura — Só a possibilidade de mostrar filmes a platéias que ainda não os viram, com presença do diretor num contato vivo com o público, já é alguma coisa.

Ana Carolina — Fica uma coisa diferente do que acontece no Rio e em São Paulo, quando o espaço que a imprensa só existe quando o filme é lançado.

Campus — Quais foram os maiores problemas desse debate de Brasília?

Ana Carolina — O problema não é específico deste debate, e sim de todos os cinemas, que é a manutenção dos projetores. A pedra de toque do cinema é a imagem e o som, e no entanto, a imagem e o som estão relegados ao último plano. E só arrumar o projetor.

Fontoura — Eu, por exemplo, fiz um documentário de meia hora aqui em Brasília. Ele foi para Gramado e eu não vi o filme porque ele estava catastrófico. Eu só consegui ver o filme na cabine do Luis Carlos Barreto. Mas o mínimo que se pode esperar de uma cabine é que ela produza exatamente o que você fez. Essa projeção em Gramado acabou com meu filme.

Ana Carolina — É um drama mínimo. Em Gramado eu falei isso, porque passa a ser humilhação você durante anos e anos ouvir: “Mas o som do seu filme, hein rapaz, você devia ter trabalhado nisso”. Isso a vida inteira, não há como não se sentir humilhada.

Campus — Qual a importância do festival de Brasília a nível nacional?

Ana Carolina — Eu perdi contato com o festival de Brasília. Nenhum filme meu nunca foi aceito pelo festival daqui, mas eu sei o que aconteceu formalmente com o festival, sei que ele perdeu terreno, sei que ele perdeu seu significado, mudou de natureza.

Fontoura — Todos os meus filmes vieram a Brasília, e é triste ver como caiu o festival. Na década de 60 era maravilhoso, era alegre. Sim, porque festival não é um monte de gente ficar olhando um filme. Festival é festa, é show, é feira, é mercado, é tudo isso junto. Esse último que eu vim agora, eu vim como convidado especial, fiquei muito triste, me senti enclausurado dentro de um hotel com mais 20 pessoas, um olhando para a cara do outro e não acontecia nada. E de noite assistíamos uns filmes horríveis, filmes melancólicos.

Campus — Vocês acham que os festivais vão se extinguir?

Fontoura — Não. E só quer que ele fica bom de novo. É preciso que tragam muitos diretores, muitos artistas, muita gente ligada ao cinema, que os críticos badalem, passem muitos filmes, festas.

Ana Carolina — Acho inclusive que o festival de Brasília tem que acabar com esse preconceito de achar que festival é bode, tem que ter debate, tem que ser pobre. Acho que ele tem que ter tudo isso, mas tem que ser agradável.

Fontoura — Em Gramado os debates são calorosos, ricos. Brasília já se mostrou como uma cidade excelente para fazer festival, já fez alguns maravilhosos.

Campus — E o cinema brasileiro no mercado externo?

CINEMA

Apoiar Festival de Brasília



Cinema brasileiro

Ana Carolina — Eu acho um problema sério esse da conquista do mercado externo nesse momento. Talvez a melhor conquista fosse uma moratória cultural, tipo durante 5 anos eu não vou para festival lá fora. Não quero ter um comportamento atípico de fazer um esforço enorme para colocar um filme meu passando em NY. O Brasil não está em condições de competir lá fora atualmente. Na década de 60, época de Glauber, era um tempo em que a América Latina estava sob um enfoque internacional, tanto cultural como politicamente. Em toda trajetória que eu fiz em Cannes o ano passado, eu senti que agora é hora do cinema árabe, asiático, não é hora de se falar da América Latina e do cinema brasileiro. Tanto é, que nenhum filme brasileiro entrou. Por isso eu acho que está na hora de fazermos uma malcriação com Cannes: "Eu não fui escolhido, então também não quero, não quero nem saber de vocês". É alguma coisa tipo "I love Brasil". No máximo a gente tem o mercado latino para conquistar. Buenos Aires, por exemplo, que é um mercado esplêndido. Filme brasileiro fazendo sucesso em Nova York é uma coisa atípica, um esforço incrível, um gasto terrível.

Fontoura — Em Cannes, nos últimos anos, os filmes brasileiros têm sido automaticamente rejeitados.

Ana Carolina — O nível de maltrato, de abandono, de falta de interesse é enorme. Eles procuram o Glauber em todas as coisas, procuram latindade, pobreza, a cultura da pobreza.

Fontoura — Eles querem te encaixar naquilo que eles acham que é o cinema latino-americano, nestes moldes.

Fontoura — Uma mistura bem dosada de paixão, miséria, exotismo...

Ana Carolina — Sexo, violência, política...

Fontoura — Mas tem que ser dentro do molde. Queremos "Tristes Tropicos".

Campus — E a contemporaneidade do cinema?

Fontoura — Com a frase bem canastrona: alguns filmes são como bons vinhos, melhoram com o tempo. Por exemplo, eu fui ver "Vidas Secas", a dois anos atrás, e fiquei espantado, ainda mais do que quando eu o tinha visto da 1ª vez, porque continuava aquela coisa maravilhosa, maior. Além de tudo ele tinha vencido no tempo, se eternizado. E muito bonita essa capacidade de eternizar um determinado momento. Mas isso não é pra qualquer filme. Tem uns que você vê, não entende nada e depois acha ridículo.

Ana Carolina — Limite, do Mário Peixoto, foi feito na década de 30 mas tem uma modernidade incrível.

Fontoura — Por falar nisso, esses filmes da década de 20 não têm nada mais moderno.

Ana Carolina — E esse negócio de escrever para a câmera é impressionante...

Campus — O cinema não fica ultrapassado, apesar de você ter menos técnica.

Fontoura — Com o cinema aconteceu uma coisa engraçada. Ele recuou quando o som veio. Acho que só agora ele está absorvendo o som, até então ele era apenas um suporte.

Ana Carolina — O som só está valendo dramaticamente agora.

Campus — E o som do cinema brasileiro?

Ana Carolina — Dramaticamente o som do cinema brasileiro é muito rico. É que as pessoas, os ouvidos poucos voltados para o cinema americano, aquela coisa que você está ouvindo desde que nasceu, você fica naquela. Mas a dramática do cinema brasileiro é muito boa.

Campus — E esse crescimento, em termos de mercado, que o cinema nacional está passando?

Fontoura — O cinema brasileiro está crescendo em cima do cinema estrangeiro. O movimento geral está baixando, mas o cinema nacional está subindo, está ganhando o espaço do cinema estrangeiro.

Ana Carolina — Vamos fazer uma antropofagia completa.

Fontoura — Vamos fazer como na Índia, que quando eles gostam de um filme estrangeiro eles refazem lá dentro, com o dialeto da região. Eles adoram isso. Não que eu esteja propondo isso, sentado aqui, só que isso é muito bom para eles.

Campus — O que faz com que cineastas estrangeiros venham filmar aqui?

Fontoura — Em primeiro lugar, a mão-de-obra a preço de banana. Em segundo o mercado pouco organizado, os técnicos não são organizados, então é muito fácil invadir isso aqui. Você tira trabalho de técnico, apronta o que quiser. Além, é claro, do fascínio dos tropicos, do exotismo. O Brasil é um país muito cinematográfico, você tem de tudo em termos de cenário. Aqui dentro você consegue viajar da idade da pedra ao ano 2000, temos um pedacinho de cada época aqui dentro, um quadro da humanidade.

Campus — No seu filme você fala que o cineasta sempre espera mudar alguma coisa com sua produção.

Fontoura — Isso é uma frase do Antonio Dias no filme. A gente acha que sempre tem a possibilidade de mudar alguma coisa, como por exemplo a guerra. Mas como ele também disse no filme, a guerra sempre vai existir, seja no plano do Vietnã ou no do relacionamento entre duas pessoas. E qualquer coisa assim que ele fala.

Ana Carolina — A gente sempre acha que o cinema intervém, muda alguma coisa. É impossível aquela imagem batendo ali e não mudar nada.

Fontoura — O erro é as pessoas acharem que o cinema muda alguma coisa a nível de infra-estrutura. Ele muda a nível de consciência, das relações, e também reflete a nível social, mas assim muito perdido no tempo. Qualquer movimento muda alguma coisa na ordem do universo.

Campus — A câmera do cineasta é imparcial?

Ana Carolina — Na medida que você tem a energia de produzir alguma coisa, essa energia de repente vem de uma outra, que você simplesmente joga para a zoom.

Fontoura — Você começa a bolar um filme por uma cena que de repente baixou em você. Você tem uma coisa na sua frente que começa a te estimular, outras coisas envolvem você, e de repente você tem um filme.

Ana Carolina — É uma certa disponibilidade que você tem que te diz, eu vou ficar atento, e depois de passar tudo aqui eu "Tchan".

Campus — Como é o problema da seleção da cena para o enquadramento, precisa de uma seleção para isto?

Ana Carolina — O Rolambar tem um livrinho sobre isso, a imagem que não está na quadra. Você faz um esforço enorme para enquadrar uma determinada cena, e pode ter uma coisa maravilhosa ao lado, mas você tem que pegar só aquilo.

Fontoura — E a parte da história que não está na estória? Temos que ser seletivos. O Godart disse que quer fazer um filme que mostrasse brechas da estória, ele queria fazer um filme sobre os campos de concentração, mas sem mostrar aquelas tragédias que os cineastas mostram. Ele ia pegar a moça fazendo as unhas, os outros fazendo não sei o que... Estes intervalos são importantes.

Ana Carolina — É a onipotência de se criar o acaso, o que já é mentira porque na realidade, na medida que você cria o acaso ele já não é mais acaso.

Campus — É assim como o final do filme, o "que aconteceu depois?"

Fontoura — E terrível a dúvida do espectador, ainda mais agora que deixamos o final em aberto.

Ana Carolina — A gente coloca o espectador numa pista, deixa ele correndo sozinho e, de repente, pula fora.

Fontoura — Isso é uma coisa bonita dentro do cinema, porque os filmes acabam dentro do espectador.

Campus — Você trabalharia na televisão como diretora?

Ana Carolina — Não sei se toparia, por "n" motivos concretos. Eu não tenho aprendizado eletrônico, ele é mecânico. Não que eu não ache a televisão importante, ela é genial dramaticamente, mas no momento não me interessa.

Campus — E a sua temática atual, com seus últimos filmes?

Ana Carolina — Eu tenho um percurso a percorrer. Não adianta querer queimar etapas. Eu não posso falar de uma coisa se não falar de outra antes. Tenho uma trilogia a seguir, depois posso até filmar Chapeuzinho Vermelho, contar uma estória. Meus filmes atuais são um questionamento sobre o poder em diversos níveis. O Poder é uma coisa abstrata, masculina, autoritária, assim como a sociedade é uma coisa feminina, abstrata e castradora. É o casamento de seu psiquismo.

Campus — E a censura?

Ana Carolina — Eu tenho uma linda experiência com a censura, fiquei vindo 7 meses aqui para Brasília, semanalmente, para tirar meu último filme da censura. Eu tenho um verdadeiro horror ao poder abstrato, que não consigo determinar. A censura é um deles. Eu realmente crio uma resistência fundamental, e passo a não admitir.

Fontoura — E com os cortes já não é mais filme, é uma mutilação.

Ana Carolina — Não posso admitir nenhum corte no meu filme. Muito menos uma tutela do estado sobre a minha moral.

Campus — Até que ponto a crise econômica afeta o cinema?

Ana Carolina — O cinema no Brasil é tão marginal em termos de economia, está sempre tão a margem do processo econômico fundamental, é tão deprimido e reprimido, que ele não está sofrendo mais hoje por causa da crise econômica atual. Ele prossegue no trote dele, de marginal mesmo, deprimido e reprimido.

BRASIL E

AMÉRICA LATINA

As relações entre o Brasil e os demais países latino-americanos contêm a marca do diálogo. É o que diz o professor José Carlos Aleixo. O embaixador da Bolívia, no entanto, sugere que isto nem sempre ocorreu. E propõe novas relações.

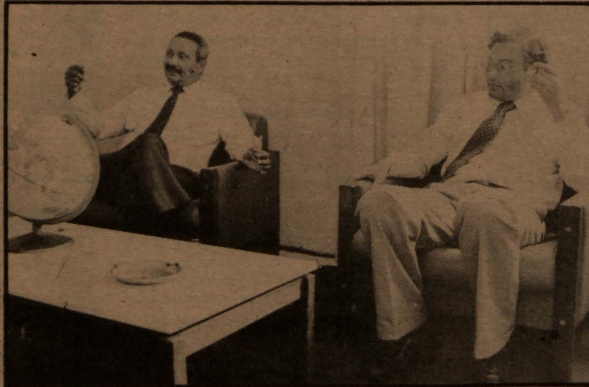
Quem tem medo de Cuba no Suriname?

A visita do ministro para Assuntos Fundiários e presidente do Conselho de Segurança Nacional, general Danilo Venturini, ao Suriname, segundo analistas brasileiros, teve por objetivo incrementar a ajuda ao país vizinho de modo a afastá-lo da influência cubana. O embaixador surinamês René Henry Halfuid, no entanto, não confirmou ao *Campus* esta versão. Para ele a visita do general Venturini foi apenas mais uma etapa normal de aproximação entre os dois países.

O Suriname, desde o corte da ajuda econômica holandesa, da ordem de 100 milhões de dólares, em dezembro passado, buscou auxílio na Líbia e em Cuba. Fidel Castro forneceu ajuda sobretudo militar, treinando a milícia e a polícia surinamesas. No caso da Líbia foi firmado um acordo de amizade cujo reflexo foi sentido recentemente quando o governo do Suriname pediu ajuda econômica e, talvez, militar à Líbia.

CAUTELA

A posição do Brasil diante dos fatos, apesar de o Itamaraty e a



Halfuid (à esquerda): Brasil não precisa temer Cuba*

embaixada do Suriname insistirem na normalidade, é de cautela, embora não ignorando a criação de uma força de combate na fronteira sul daquele país. O embaixador Halfuid assegura não haver motivos para preocupação, já que a criação daquela força está no papel desde 1970. O professor José Carlos Aleixo, da UnB, acredita na

criação da força de combate para evitar a utilização do território brasileiro como caminho na disputa entre a Venezuela e Guiana. Não excluindo essas duas versões, é no mínimo curiosa a criação da força de combate exatamente neste momento, pois afinal a questão de Essequibo existe há muito tempo. (Humberto Martins).

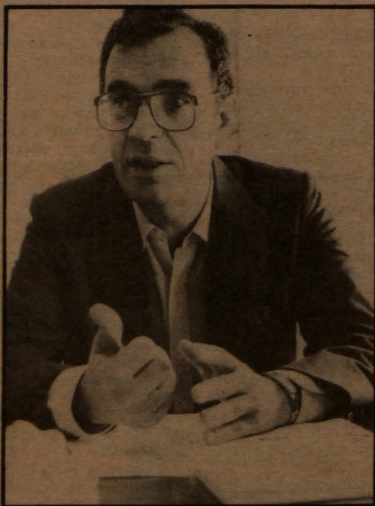
Brasil quer mais diálogo na região

"O Brasil tem procurado ampliar o diálogo com os países latino-americanos e africanos, o que é uma característica importante da política exterior brasileira, nos últimos anos e uma mostra de que temos perfeito conhecimento do potencial destas regiões". A opinião é de José Carlos Aleixo, professor de política externa brasileira no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB.

"O país", disse ele, "vem desempenhando papel de destaque na América Latina, através da participação em organismos regionais. O governo entende ser importante estabelecer um clima de confiança mútua para tentar a solução de problemas profundos que afetam a região".

DE GAULLE

Desde a época em que o presidente De Gaulle manifestou-se surpreso com os poucos contatos mantidos entre governantes latino-americanos, a situação mudou bastante. Só o Brasil é responsável por inúmeros acordos com quase



Aleixo: O Brasil procura dialogar

todos os países do continente. "O País", observa Aleixo, — "procura construir sua presença na região na base da comum identidade latino-americana e, efetivamente, o diálogo tem aumentado.

O Brasil tem cumprido importante papel no âmbito dos organismos regionais. Foi um dos responsáveis, entre outros — lem-

bra o professor — da Comissão das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento — (Unctad). Em seus discursos, o presidente Figueiredo tem reiterado a importância da coesão do Terceiro Mundo. "Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão", disse Aleixo, recordando as palavras de Figueiredo na ONU.

José Aleixo lembra também o projeto desenvolvido pelo Brasil em Moçambique, para prestação de serviços no setor de carvão, com fundos dos Arabes, como um exemplo da presença brasileira em outra região prioritária; a África. Ali o Brasil fornece serviços de engenharia e consultoria, contribui na formação de técnicos, no planejamento de sistemas de ensino e adquire grandes facilidades para a instalação de empresas brasileiras.

"Ao mesmo tempo em que situa a redução dos problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento a esfera do confronto ideológico entre as superpotências, como sendo um agravante dos mesmos problemas", diz Aleixo, "o atual governo empenha-se na aproximação com os países pobres, tentando estabelecer um clima de confiança mútua que favoreça a solução de problemas profundos que afetam a região." (Janio Carlos Nazareth).



Embaixador Gustavo Fernandez, da Bolívia

Bolívia revê sua relação com Brasil

"Não pretendemos assumir o papel de um país pequeno que pede a ajuda de um maior, mas realizar acordos que beneficiem tanto a Bolívia quanto ao Brasil". Assim definiu a política externa boliviana o embaixador no Brasil, Gustavo Fernandez ao fazer um levantamento do desenvolvimento de seu país desde que Siles Zuazo está no poder.

Mais de 200 golpes de Estado, com seus líderes envolvidos em tráfico internacional de cocaína, uma crise econômica que levou suas reservas monetárias a um valor negativo de 300 milhões de dólares e ainda reduziu as importações pela metade. Esse é o quadro da situação boliviana que teve como consequência um esfriamento em suas relações diplomáticas — até que os militares pressionados por uma greve geral dos operários mineiros através da Central Operária Boliviana — COB — entregaram o poder aos civis.

Hernán Siles Zuazo, presidente eleito antes do último golpe de militares tomou posse em outubro do ano passado e, segundo o embaixador boliviano, estabeleceu quatro frentes de atuação: política, econômica, moralização e ordem social. "Na frente política", explica "a primeira ação do governo Zuazo foi devolver ao país o funcionamento pleno das instituições básicas — o Congresso, sindicatos, direções empresariais. Esta é uma luta mais ampla da América Latina que está tendo lugar e todo o continente sob forma de institucionalização e democratização que se adequem melhor às características de cada país". No campo da política internacional a Bolívia deseja estimular e impulsionar a cooperação latino-americana, buscando inclusive uma relação nova com o Brasil.

ECONOMIA

No campo econômico, o governo pretende solucionar a severa crise econômica que herdou. "Em primeiro lugar sua ação se concentrou em evitar o aprofundamento da crise", acrescentou o embaixador boliviano, "e uma vez controlada a situação de emergência, entra-se numa segunda fase que é a organização da cooperação internacional para resolver os problemas estruturais da economia a médio e longo prazos". Nós sabemos que a crise boliviana se resolverá pela ação da Bolívia. Não poderíamos transferir para outros países ou organismos a responsabilidade que é essencialmente nossa, mas também não desconhecemos a utilidade de uma cooperação complementar do exterior para resolver a crise. Nesse sentido em particular as principais ações têm caráter interno, como a colaboração dos próprios trabalhadores.

A terceira prioridade é de moralização do país, prossegue o embaixador boliviano. "Através da luta contra a delinquência inflada com o narcotráfico". Finalmente a linha do desenvolvimento social pretende estimular a participação popular na condução da economia.

Em outubro do ano passado uma numerosa leva de militares diretistas, ex-nazistas, terroristas internacionais e traficantes de cocaína deixou o país. Em novembro, foram demitidos 1.500 funcionários da Alfândega de La Paz por envolvimento com contrabando. Em janeiro deste ano reataram-se as relações diplomáticas com Cuba, rompidas há 18 anos. Contudo, as medidas e mudanças já realizadas no país não podem esconder o fato de que a Bolívia ainda está passando por um momento difícil tentando refazer-se de seu desgaste e com enormes dificuldades políticas. (Sandra Fernandes)

Campus — Como o PT vê a situação econômica nacional?

Lula — Nós do Partido dos Trabalhadores, entendemos que a situação econômica nacional há muito tempo não atende mais aos interesses da classe trabalhadora e aos interesses da nossa sociedade. Não é apenas pelo acordo com o FMI. Não é apenas a política da dívida externa. É porque todo o conjunto do grupo econômico não trata a questão social como deveria tratar. Não trata a questão da classe dos trabalhadores como deveria tratar. Então, nós entendemos que numa política salarial que desde 1973, quando findou o milagre brasileiro, feito às custas do endividamento do país, que não atende aos empresários, que não atende à classe trabalhadora, que não atende ao pequeno proprietário e ao médio proprietário do campo, não têm razão de continuar existindo. A não ser no cumprimento de determinações e interesses internacionais. Então, o que nós do PT entendemos é que essa política econômica faliu há muito tempo e que precisa ser revogada no seu todo. E que se abra um debate a nível nacional para que os mais amplos setores da sociedade possam dizer como é que deveria ser uma nova ordem econômica. Que a classe trabalhadora tivesse participação. Que o movimento sindical tivesse participação. E aí, quem sabe nós pudéssemos encontrar um modelo econômico que pudesse trazer algum sentido de recuperação para esse país e para classe trabalhadora.

Campus — Como é que o PT, observa essas recentes manifestações de desempregados ocorridas em São Paulo?

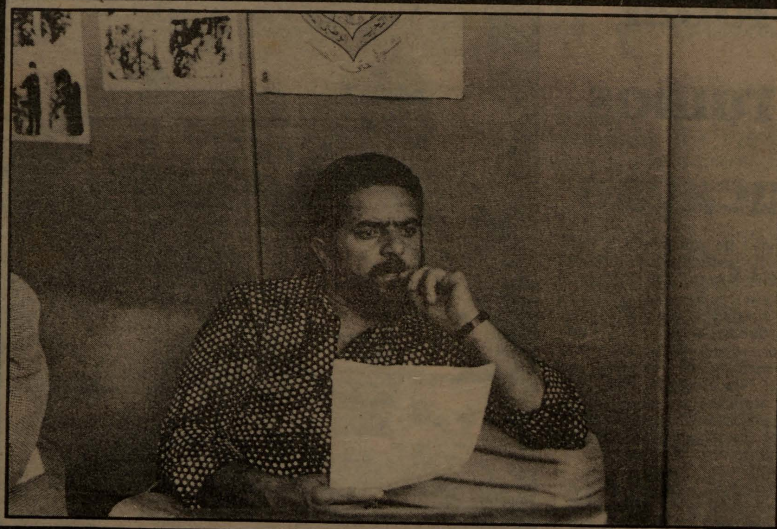
Lula — Eu acho que essas manifestações são resultados da situação da classe trabalhadora. Quer dizer, cada um julga essas manifestações como bem entender. Agora, uma coisa que ninguém pode desmentir, e que ninguém pode descaracterizar, é que a classe trabalhadora está passando fome, é que a classe trabalhadora está morando mal, é que a classe trabalhadora está passando as mais sérias privações possíveis. E que em qualquer país do mundo onde a classe trabalhadora está na situação em que está a classe trabalhadora brasileira tanto pode acontecer um quebra-quebra como aconteceu em São Paulo, como pode acontecer coisa pior.

Campus — O PT vê alguma participação política no comando desses movimentos?

Lula — Não, veja, sempre que há um movimento, as autoridades, que pra minha decepção, agora comprova, tanto da situação como inclusive aqueles que falavam em nome da oposição, agem da mesma forma na medida em que se esquecem do eixo principal do movimento e que se começa a descaracterizá-lo tentando encontrar dentro do movimento pessoas estranhas a ele. Eu acho que toda a movimentação de S. Paulo está subordinada a uma situação que a classe trabalhadora vive. Só para vocês terem uma idéia, lá em Santo Amaro hoje nós temos 80 mil desempregados. Um bairro de S. Paulo com 80 mil desempregados. Então poderia ter acontecido coisa muito pior. O que nós temos que levar em consideração é que com todo o diz que diz, com toda a polícia na rua, com todas as propostas de se mudar, o fato concreto é que ontem a imprensa (26 de abril) informava que o governador Franco Montoro já não está mais discutindo a questão da frente de trabalho, e que está tentando colocar pano quente em cima disso.

Campus — E qual a opinião do PT em relação a isso?

Lula — A opinião do PT é que



“O Murillo está há quatro anos no Ministério e até hoje não investiu no trabalho”

Reforma Agrária é a solução para desemprego

primeiro a gente não pode jogar a culpa em cima do governo estadual pela crise econômica que vive o país. E nem tampouco a gente quer que o governo estadual dê soluções ao problema do desemprego porque é uma questão federal. A posição do PT, na verdade, é que não caberia ao governador Franco Montoro, por exemplo, fazer promessas de criar frentes de trabalho, fazer promessas de dar cestas alimentares pro povo. Caberia ao governador Franco Montoro abrir canal de participação do povo para que o povo pudesse questionar o governo central e, aí ter o apoio do governo estadual. O que aconteceu na verdade é que o Montoro nem abriu esse canal, porque a primeira coisa que aconteceu foi a polícia proibir manifestação pública e concentração a céu aberto. Em segundo lugar, em nenhum momento o governo estadual questionou a política do governo central. Então, a posição do PT é clara, quer dizer, nós sabemos onde o calo está apertando. Nós achamos que o povo precisa continuar indo pra rua, precisa continuar fazendo manifestações, precisa continuar fazendo toda e qualquer tipo de participação no sindicato, na associação de bairros, de comunidade, no sentido de mostrar a insatisfação que ele está com a situação econômica da classe trabalhadora.

Campus — A oposição aprovou na Câmara há poucos dias, o seguro-desemprego. Qual a opinião do PT a respeito?

Lula — A opinião do PT é que esta reivindicação consta do programa do plano de ação do partido. Esta reivindicação é muito antiga no movimento sindical. E nós achamos que o seguro-desemprego é um instrumento que pode garantir ao trabalhador um mínimo de

tranquilidade quando ele é mandado embora. Na maioria das vezes, em 99% dos casos, independente da sua própria vontade. Entendemos que esse seguro-desemprego só tem sentido se a responsabilidade pra arcar com esse dinheiro seja do governo e dos empresários e não da classe trabalhadora.

Luis Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores, numa rápida passagem por Brasília, falou ao Campus sobre o desemprego. E deu a solução do PT para o problema: a reforma agrária.

Campus — O Ministro do Trabalho Murilo Macedo se declarou contrário à criação do seguro-desemprego por preferir investir em atividades geradoras de emprego, em vez de financiar o desemprego.

Lula — Olha eu acho que o vocabulário brasileiro é muito amplo cada um diz o que quer, cada um diz mil coisas sobre um mesmo tema. Mas, eu acho que não tem sentido o Murillo Macedo dizer que preferia investir em emprego. Quer dizer, o fato de que ele não prefere, é que ele não investiu e já está há quatro anos no Ministério do Trabalho. O fato concreto é que o desemprego independente de um ministro apenas, é de toda a política do governo, é do sistema do regime que está implantado neste país. Então, não se trata de você fazer uma opção. Mesmo porque nos países mais desenvolvidos nós temos o desemprego hoje. E qual é a forma que os governos encontram pra amenizar a

situação do trabalhador quando está desempregado? É o Estado arcar com a responsabilidade de dar o mínimo de garantia a este cidadão.

Campus — Mas o Ministro Murillo Macedo declarou que estes países que implantaram o seguro-desemprego, hoje lutam para conseguir uma fórmula de eliminá-lo.

Lula — Isso não é verdade. Porque a maioria dos empregos nos países desenvolvidos, as pessoas arrumam através do próprio sindicato.

Campus — As manifestações de rua podem se estender ao campo?

Lula — Eu acho que as manifestações têm ocorrido com muito mais frequência no campo. É que normalmente a imprensa brasileira está muito mais presente no meio urbano do que no campo. Os conflitos de terra no Brasil existem nos momentos de maior repressão nesse país. Eu acredito que hoje existem mais conflitos de terra do que greve no setor urbano. Porque o trabalhador na verdade vê como única solução, uma vez que o governo não garante nenhuma política de emprego no campo, a questão da reforma agrária, a ocupação da terra improdutiva deste país. E acho que deveria caber essa responsabilidade ao governo, e não precisar o trabalhador ficar invadindo esse ou aquele pedaço de terra. O governo deveria distribuir a terra e garantir emprego e ferramenta para que o trabalhador pudesse trabalhar nela.

Campus — Seria uma solução para o desemprego?

Lula — Na minha opinião, a solução que iria acabar com o desemprego no Brasil, pelo menos a que poderia dar solução maior ao desem-

prego, seria colocar em prática a questão da reforma agrária. Seria a distribuição de todas as terras improdutivas e devolutas desse país para as famílias que queiram trabalhar no campo.

Campus — Mas o que se sabe é que o governo não tem interesse na reforma agrária.

Lula — Todo mundo sabe que o governo não está interessado nisso. Cabe ao povo fazer o governo se interessar. Eu acho que na medida em que comecem a haver pressão do conjunto da sociedade, na medida em que o trabalhador da cidade, na medida em que os estudantes, na medida em que a igreja, todo mundo entender que a luta do campo não depende só do trabalhador do campo, mas depende inclusive do trabalhador da cidade e de todo o setor da sociedade, eu acho que a gente consegue fazer pressão pra mudar o ponto de vista do governo, ou desse governo ou de um outro governo qualquer que entre.

Campus — Como é que o PT está vendo a possibilidade de retirada dos subsídios na agricultura?

Lula — Veja, eu acho que se tem uma coisa que hoje precisa de subsídio é a própria classe trabalhadora. Quer dizer, o subsídio pra classe trabalhadora deveria ser na verdade o próprio fundo de desemprego. Eu acho que o governo poderia subsidiar, desde que fosse uma discussão aberta, onde as pessoas especialistas pudessem participar da discussão. Subsidiar o pequeno proprietário, subsidiar aquele companheiro que tem lá o seu pedacinho de terra e que não tem garantia de emprego é que não tem condições de bancar um empréstimo bancário. É esse que o governo deveria subsidiar. Não basta o governo dizer que subsidiou, que emprestou não sei quantos milhões de cruzeiros pra Itamaré pra plantar feijão. Mas quem foi o beneficiário? Foi o pequeno proprietário ou foi o grande proprietário? Quer dizer, novamente a política de subsídios é para o grande proprietário e não para o pequeno proprietário. Então a questão não é de subsidiar. O governo tem de subsidiar o pequeno proprietário. Agora, o governo diz que investiu não sei quantos bilhões de cruzeiros. Investiu às vezes num cara que tem 20 mil alqueires de terra, que usou metade do dinheiro na terra e metade no open. Quando a política do governo deveria ser em benefício do pequeno proprietário.

Campus — O PT é a favor do pedido de moratória do Brasil?

Lula — Olha, eu acho que o PT é a favor de que é muito importante a gente tentar encontrar a solução para a dívida externa, na medida em que a gente faça com que o conjunto da população entenda o que é a dívida externa e participe da discussão dela. Eu acho que a posição hoje de você não pagar a dívida, seja através de moratória, seja através de qualquer outro instrumento, é válida na medida em que você não leve o povo brasileiro ao sacrifício de pagar 15 bilhões de dólares, sem diminuir o valor da nossa dívida. Eu acho que é preciso primeiro a gente dar uma parada para conversar aqui dentro, para ver como é que nós vamos resolver o problema do povo brasileiro, para ver como é que nós vamos dar comida a esse povo, como é que nós vamos dar emprego, como é que nós vamos dar educação, para depois saber como é que nós vamos negociar com os países que nós devemos. Nós temos que descobrir essa dívida a serviço de quem foi feita, quem ela beneficiou e não é porque a gente fazer a dívida e depois o povo brasileiro ter que pagar por ela.

Campus — Então, a dívida já está paga?

Lula — Eu acho que grande parte da dívida já está paga. Eu acho que a remessa de lucro nesse país, enviada anualmente pelas empresas multinacionais, já é parte do pagamento da nossa dívida externa.

(Entrevista a James Gama e Luiza Modesto)

Projeto Global dita novos rumos para Teleducação

Impulsionada pelo Telecurso 2º Grau, criado em 1978, e pelo Telecurso 1º Grau, que foi ao ar em 1981, a Fundação Roberto Marinho prepara-se para colocar em prática o seu mais ambicioso projeto teleducativo: o Projeto Global de Teleducação.

O Projeto contará com a discutida participação da Fundação Universidade de Brasília, onde tem o apoio do reitor José Carlos Azevedo. Para a sua execução foram conseguidos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da ordem de 2,6 milhões de dólares.

MECE CONTRA

Desde que a Fundação Roberto Marinho apresentou ao Ministério da Educação e Cultura o Projeto Supletivo Primeiro Grau, surgiram reações contrárias à sua realização. Ponderou uma Comissão do MEC, que os recursos pedidos pela Fundação Roberto Marinho eram muito altos, chegando a 366 milhões de cruzeiros, além do que o Supletivo Primeiro Grau colidiria com o Projeto Conquista, veiculado pela TVE, no Rio de Janeiro, destinado a atingir o mesmo público pretendido pelo SPG. A Comissão do MEC ainda destacou que a produção daquele supletivo seria feita exclusivamente pela Fundação Roberto Marinho, sem consulta prévia a outros setores da educação.

Como não obteve respaldo do MEC a Fundação Roberto Marinho procurou a FUB, onde conseguiu o apoio necessário para a concretização do Supletivo Primeiro Grau. A partir desse convênio o projeto ampliou-se. As duas Fundações poderiam, então, delinear níveis de carência para produção de programas teleducativos, incluindo a questionada Universidade Aberta.

MONOPÓLIO

Com o favorecimento da FUB, até dezembro de 82 o MEC já havia repassado à Fundação Roberto Marinho 645 milhões de cruzeiros, para a veiculação do Supletivo Primeiro Grau. Em janeiro de 83 a Fundação Roberto Marinho e a FUB encaminharam ao BID com parecer favorável da SEPLAN, o Projeto Global de Teleducação, solicitando recursos de 10 milhões de dólares. A metade dessa quantia seria dada, em contrapartida, pelo Governo Brasileiro.

O Projeto Global de Teleducação pretende atingir inicialmente mais de 3000 municípios brasileiros, através da TV Globo e das nove Televisões Educativas do país, contando, ainda, com o apoio de mais de 900 emissoras de rádio. Dessa forma, o monopólio Global, depois de ter atingido áreas como o esporte, esmagará definitivamente qualquer tentativa de produção de sistemas teleducativos no país.

EDUCAÇÃO UNILATERAL

Ao tomarem consciência da

dimensão do passo que a Fundação Roberto Marinho pretendia dar, setores do MEC começaram a se preocupar. Foi, inclusive, enviado um relatório ao SNI, dando conta que a Fundação Roberto Marinho e a Universidade de Brasília estariam "exorbitando suas funções", uma vez que as atividades por elas desenvolvidas seriam da alçada da Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa.

Afora o clima de animosidade criado entre o MEC-FRM-FUB, o que se nota na área da teleducação é um quadro indefinido quanto às áreas de atuação das empresas privadas e dos setores educacionais do governo. Em uma área como a educação, o mínimo que se poderia exigir seria o intercâmbio entre as partes interessadas. A educação não é um produto comercial posto à venda no mercado.

A participação de setores da sociedade como os educadores, técnicos e usuários do sistema, parece ter sido totalmente esquecida pela Fundação Roberto Marinho. Desprezando a participação destes setores, o Projeto Global de Teleducação cai em seu erro mais grave: a produção dos programas a nível central. Um sistema de teleducação, em um país como o Brasil, deve estar atento às diferenças regionais. Até mesmo a linguagem tem características peculiares em cada região.

Empresa alguma tem o direito de transmitir estereótipos através da educação. Ao produzir unilateralmente seus programas, será a própria Fundação Roberto Marinho quem definirá as necessidades educacionais de cada região do país, na teleducação. A população não deve se adaptar às aulas. O processo deve ser levado à frente de maneira inversa, por meio de uma compatibilização do sistema teleducativo às carências regionais.

SISTEMA PARALELO

Em que o sistema de teleducação viria contribuir para a educação no Brasil? A criação do ensino supletivo, surgida com o antigo curso Madureza, nasceu da necessidade de dar oportunidade às pessoas que não concluíram o 1º e 2º Graus no tempo considerado normal. O que parece acontecer com os cursos de teleducação é um desvirtuamento do atual sistema de ensino, através da generalização do ensino supletivo. Como diz a chamada veiculada pela TV Globo sobre seus cursos supletivos, "É a maneira mais fácil de aprender". Na melhor das hipóteses o sistema de ensino à distância deveria servir como apoio à rede de ensino nacional.

Apenas 15 minutos de aula diários não preenchem as necessidades culturais ou educacionais de pessoa alguma. O máximo que pode acontecer é o rebaixamento do nível intelectual de ensino na clientela.

(Idelson Santos)



Acervo reúne fotos e filmes do início de Brasília

MEMÓRIA

Exposição reúne acervo de Brasília

Montada no Memorial J.K., a exposição "A Construção de Brasília" foi um dos pontos altos das comemorações do aniversário da cidade, servindo como ponto de partida para a discussão sobre como reunir o acervo histórico da cidade que, hoje, encontra-se disperso em coleções particulares ou nos arquivos das empresas que participaram de sua construção.

A mostra faz parte desse Projeto, realizado pela Fundação Pró-Memória, que reúne, para esta exposição, uma série de 23 filmes documentários, pertencentes aos acervos do Memorial J.K., do Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal e da NOVACAP, que mostram imagens da construção da capital entre 1957 e 1960.

Entregues nas mãos do artista plástico Luiz Afonso Guimarães, ele conseguiu realizar um trabalho esteticamente inovador, ao transformar todo o material histórico em uma mostra extremamente moderna, onde a série de vídeo-cassete exibindo filmes e manchetes de jornais da época misturam-se ao neon do título, e aos painéis elaborados pela historiadora Heloisa Buarque de Holanda.

PAÍNEL

Mas quem for ao Memorial, até o dia 25, quando será encerrada a exposição, poderá ver também um painel da CO-DEPLAN com fotografias aéreas que dão uma perfeita visão da evolução urbana da cidade em um espaço pouco maior de 10 anos (as fotos são de 1965 e 1978), além de poder se utilizar de um farto material colocado à disposição de quem tiver interesse em realizar pesquisas sobre o assunto.

Todos os filmes da exposição, apesar de pertencerem a acervos distintos, foram feitos por uma única pessoa, o cineasta João Silva. Contratado por Israel Pinheiro (ex-presidente da NOVACAP e primeiro prefeito de Brasília) ele foi um dos poucos cinegrafistas cadastrados pelo governo para documentar os principais acontecimentos da cidade.

Hoje, aos 83 anos, e vivendo em uma cidade do interior mineiro, afastado do meio cinematográfico, ele se confessa surpreso ao ver, finalmente, seus filmes exibidos ao público e desabafa: "Pensei que meus filmes ficariam guardados eternamente". (Cristina Gutemberg.)

Estudante já paga inteira nos cinemas

A questão da extinção das carteirinhas de estudantes nas bilheterias dos cinemas deixou, esta semana, de ser apenas uma especulação para se tornar realidade. A medida vai entrar em vigor a partir do dia 9. A decisão foi do Conselho Nacional do Cinema (CONCINE), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que define a medida como uma tentativa de trazer de volta às salas de projeções um público popular que, nos últimos tempos, abandonou os cinemas.

O projeto fixa sessões em que todos pagarão meia entrada e outras em que todos terão que pagar inteira. A meia entrada será paga nos horários diurnos, ou seja, até a última sessão antes das 18 horas. Determinação que também serve para a última exibição do domingo e todas as sessões de quarta-feira.

FALSIFICAÇÕES

Se a decisão alega o público que antes tinha que pagar inteira no cinema, deixa ainda mais satisfeitos os exibidores que eliminam de vez a chamada "fraude das carteirinhas". Este é um problema que Cláudio Couto, do Concine, explica assim: "O caso das falsificações sempre foi um problema e, ultimamente vinha se agravando. Só para se ter uma idéia, 70% do público do filme Gandhi usou a carteirinha para entrar. Ora, sabe-se que pelo menos metade dessas carteirinhas são falsificadas".

As fraudes não ficam só neste caso. Há um outro menos conhecido, "o do acordo entre a bilheteria e o porteiro do cinema. Ela cobra uma entrada inteira e fornece o ingresso de meia. Discrepantemente, o espectador não confere e entra com esse ingresso. Os dois, o porteiro e a bilheteria dividem entre si a diferença".

Mas, esta medida, tida como de "popularização do cinema", permite também uma leitura completamente oposta, ou seja, a de elitização, pois tira os estudantes das sessões noturnas, promovendo verdadeiros horários nobres. (Cristina Gutemberg)

Agenda

CINEMA

Semana de Filmes Suecos — Até 7 de maio, no Conjunto Cultural da Caixa Econômica (SBS - Anexo do Edifício Sede). Os filmes a serem exibidos são: dia 4, às 20:30 horas - Noite de Circo, de Ingmar Bergman, com legendas em português; dia 5, às 20:30 horas - A Vila do Paraíso, de Gunnar Lindblom, com legendas em espanhol; dia 6, às 20:30 horas - Meu Lar é Copacabana, dirigido por Arne Suckesdorf, falado em português; e dia 7, às 16:30 - Os Irmãos Coração de Leão, de Olle Hellborn, com legendas em português e às 19:30 - Elvira Madigan, de Bo Widergren (legendado em português).

TEATRO

Besame Mucho — de Mário Prata, dirigida por Hugo Rodas. Até o dia 22, no Teatro Galpão, sempre às 21 horas.

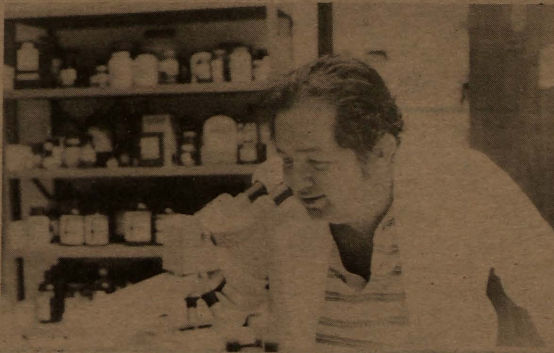
Ponto de Partida - de Gianfrancesco Guarnieri, dirigida por Chico Expedito. Em cartaz na Sala Martins Penna até o dia 4, às 21 horas.

MÚSICA

Festival Brahms, em comemoração aos 150 anos de nascimento do compositor. Concertos nos dias 5 e 7, na Escola de Música de Brasília; dia 6, na Sala Martins Penna, sempre às 21 horas. A entrada é franca.

A Dança dos Signos, com Oswaldo Montenegro, até o dia 30 de maio. No Auditório do Colégio Alvorada, sempre às 21 horas.

Questão é definir uma política



Macia Suyre

Roitman: restrições à importação prejudicam pesquisa.

Stella

Carga horária pode ser menor

Stella Maris Bortoni Ricardo (Linguística) — Seu interesse maior é pela variação linguística, onde desenvolve suas análises em correlação com os processos sociais. Há três anos pesquisa interdisciplinarmente "o curso evolutivo da linguagem de migrantes rurais que se radicaram em Brasília".

O trabalho de pesquisa da professora Stella Maris conta com apoio do CNPq e Fundação Ford, embora não lhe tenha faltado o suporte da UnB com recursos audiovisuais, xerox e três bolsistas auxiliares. Acha no entanto que, como professora, poderia ter ficado com uma carga menor de aulas. Foi só com muito esforço que conseguiu atingir agora a etapa final de suas atividades paralelas como pesquisadora.

A respeito da política de pesquisa adotada na UnB, sua colocação é de falta eventualmente linhas mais definidas, com uma boa estrutura teórico-metodológica e um maior espírito de corpo que integre docentes, alunos de pós-graduação e, quando possível, também alunos de graduação. Segundo Stella Maris, com base em sua experiência individual, a primeira iniciativa deve ser do docente. O passo seguinte então é a obtenção de recursos a nível institucional, com a universidade injetando verbas que facilitem o desenvolvimento das atividades de pesquisa.

Laraia

Mais flexibilidade para os orçamentos

Roque de Barros Laraia (Antropologia): Pesquisa atualmente a "Urbanização Indígena na Amazônia 'Casa de Belém', com a supervisão do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira.

Na opinião de Laraia, compete à Universidade lutar por uma maior flexibilidade nos seus orçamentos, tendo em vista que a propalada autonomia universitária é até certo ponto fictícia. Para que isso aconteça, no entanto, torna-se necessária uma modificação no relacionamento entre a Universidade e o governo federal: a aplicação das verbas como um todo ficando por conta das próprias instituições.

No caso da UnB, Laraia acredita que falta repetir uma experiência do passado, de dispor em seu orçamento de recursos específicos que seriam distribuídos pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação aos pesquisadores interessados. Essa possibilidade, acrescenta o antropólogo, fica porém prejudicada por uma política orçamentária pela qual a Universidade torna-se dependente de decisões emanadas do MEC e da própria SEPLAN.

Marini

Necessidade de descentralizar

Onildo João Marini (Geociências) — Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geologia, professor e pesquisador, desenvolve atualmente, junto com alguns bolsistas, um estudo sobre a "gênese das jazidas de estanho e urânio no estado de Goiás".

Para Marini, não existe na UnB uma política de pesquisa, ficando esta a critério do pesquisador. Ou seja, alguma, é uma política retrógrada, desincentivando o aperfeiçoamento e o intercâmbio. O interesse em relação à pesquisa é mínimo e sem apoio efetivo, pois ao contrário de outras universidades, a UnB reduz o salário do professor em caso de viagem para o exterior, diminuindo o seu interesse no aperfeiçoamento. Também a manutenção de equipamentos e o apoio aos laboratórios é precário, além de reduzido número de técnicos especializados para operação e assistência dos aparelhos. Um outro ponto que merece atenção, diz Marini, é o da descentralização, isto é, uma maior autonomia dos departamentos, principalmente financeira, que permita o aumento de recursos e da qualidade das atividades. Um esclarecimento necessário — acrescenta — é que a ajuda de órgãos, como o CNPq, sempre será importante em muitos casos, como foi por exemplo, o da liberação de verbas para o conserto do aparelho de absorção atômica.

Roitman

Diálogo também com a sociedade

Isaac Roitman (Biologia) — Professor do Departamento de Biologia Celular, Roitman desenvolve atualmente a projeto de pesquisa sobre "Fisiologia de Tripanosomátides, estudo do comportamento bio-químico de parasitas do homem e de insetos".

De acordo com Isaac Roitman, a política de pesquisa adotada pela UnB, como por outras instituições acadêmicas, é um espelho da política científica no Brasil.

Em sua área, Roitman aponta como um dos pontos críticos o fato de que toda a infraestrutura depende de material importado.

A crítica maior que se faz, então, é a omissão quase que total das autoridades universitárias e de fomento à pesquisa junto aos órgãos que mantêm a importação praticamente a nível zero, como a SEPLAN e CACEX. Existe ainda, uma atmosfera pouco propícia ao desenvolvimento das atividades de pesquisa. O pesquisador é pouco reconhecido pelo que faz. Encaloura do constantemente e com pouca oportunidade de se comunicar, ele se ressentido de um diálogo maior com a sociedade.

Não só a UnB, mas quase todas as Universidades Brasileiras, carecem de uma política de pesquisa mais definida, que sirva de estímulo real à investigação científica. Foi isso, pelo menos, o que constatou o Campus ao ouvir alguns professores e pesquisadores de nossa Universidade. Nesta página também, uma entrevista com o professor Amadeu Cury, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação.

A reportagem é de Sheila Perra e Luiz Roberto Nader.

Campus — A universidade estabelece alguma distinção entre o professor pesquisador e o que apenas leciona?

Cury — Os conhecimentos que o professor transmite são os que ele adquire em suas investigações, estudos, participações em cursos, congressos e conferências, bem como os resultados das suas investigações particulares. O professor que não faz isto, é um mero repetidor de textos e seu lugar não é na Universidade. Não obstante aquele professor que tenha um projeto de pesquisas definido pode ser liberado de aulas por um ou dois semestres, de comum acordo com o seu departamento.

Campus — A UnB não tem intenção de gerir suas próprias verbas destinadas às pesquisas?

Cury — A UnB como estrutura não é diferente das outras. Contrata o professor, oferece a infra-estrutura e o professor busca financiamento nos órgãos próprios para equipamentos, reagentes, técnicos especializados. Esse procedimento é universal. Não há uma universidade que tenha meios de contemplar todos os projetos que nascem da sua atividade. A UnB, ao longo dos anos, adquiriu prestígio junto aos órgãos financiadores. Eu, em todos os anos em que trabalhei nesta área, nunca vi um bom projeto ter apoio negado pelos órgãos de fomento.

Campus — A quem cabe o trabalho de manutenção dos equipamentos obtidos junto às instituições?

Cury — Todos os órgãos de pesquisas sofrem com a dificuldade de obter peças de reposição e não de obra especializada que esses equipamentos exigem. Nem sempre as peças existem no mercado e os técnicos estão concentrados no Rio e em São Paulo. A UnB preocupa-se com este problema. Tanto que o CNPq foi informado e convocou uma reunião onde ficou decidida a criação de uma central de peças e técnicos, que virá a atender a todo o país. É um trabalho difícil e dispendioso que não pode ficar a cargo exclusivamente da Universidade. O CNPq vai cuidar de toda a

parte da importação de peças a preço de custo, tornando possível o conserto dos equipamentos. Pela facilidade de contato, a UnB será a sede desse entreposto.

Campus — A UnB, como uma das maiores universidades brasileiras, não deveria tomar à frente na produção científica?

Cury — A UnB tem, formalmente, 21 anos. Nos últimos 13 anos foram construídos o Minhocão, a Reitoria, a Biblioteca, Restaurante, a Faculdade de Tecnologia, a de Estudos Sociais Aplicados, a de Ciências da Saúde. Em 11, 12 anos, ela se situou entre as grandes universidades. Primeiro, era preciso construir a base física, os prédios, laboratórios, etc. Só o tempo pode selecionar o pessoal de alto nível. E mesmo assim, a produção científica é considerável. Só em 81/82 foram publicados 228 teses de mestrado e doutorado nos 25 cursos. Isto representa uma posição de destaque entre as melhores do mundo. Em número, não se discute; a qualidade é atestada pelo nível das 108 revistas e periódicos que publicaram o material partido da UnB em todo o mundo. São publicações extremamente exigente, que somente publicam trabalhos originais e de conteúdo importante, depois de exaustiva análise por especialistas.

Campus — Quais são os mecanismos de saída para divulgar os resultados dos trabalhos realizados pelos pesquisadores?

Cury — A meta, a vida do pesquisador, é dar a sua contribuição original visando esclarecer um determinado ponto que lhe estimule o interesse, em qualquer área de estudo. Se ele não consegue esclarecer, pelo menos busca equacionar o problema que detectou. Ele escreve, redige, e manda publicar numa revista científica. Participa de Congressos e Conferências, expõe sua tese. Faz um sumário a ser publicado nos anais do Congresso. Depois envia-o mais detalhado para uma revista científica. Esta necessidade de dar a sua contribuição é o mecanismo natural de divulgação da produção científica.



Dinaiva Ferreira

EXERCÍCIOS VISUAIS

“ Ver, é
compreender, julgar,
transformar, imaginar,
esquecer ou
esquecer-se ou
desaparecer ”

Paul Eluard



Márcia Suyene